



VILA MIMOSA: TRAJETÓRIAS E CARTOGRAFIAS DE UM GRUPO DE PROSTITUAS, SEUS DESLOCAMENTOS E LUGARES NA CIDADE

Autores:

Patricia Luana Costa Araújo - Universidade Estácio de Sá - patricialcaraujo@gmail.com

Leticia Castilhos coelho - Universidade Federal do Rio de Janeiro - leticiacoelho.estacio@gmail.com

Felipe Gonçalves Amaral - Universidade Federal do Rio de Janeiro - f.g.amaral19@gmail.com

Resumo:

Este artigo procura analisar o atual espaço prostitucional do grupo de prostitutas da Vila Mimosa na cidade do Rio de Janeiro. Sendo o primeiro movimento de prostitutas do Brasil formado na zona do Mangue, local que o grupo ocupou até 1996, sua trajetória histórica passou por muitos conflitos territoriais que contribuiram para entender como esses espaços se formam, funcionam e modificam, assim como são pensados e negados pelo Estado. Para tal análise foi necessário, primeiro, entender como é tratada a questão de gênero nas cidades e dentro disso a situação da prostituta enquanto corpo público, para em seguida conceituar espaços e territórios prostitucionais, buscando conhecer e compreender as dinâmicas sociais, políticas e urbanas que envolvem a Vila Mimosa através de uma pesquisa horizontal, que prevê a participação e o protagonismo dos agentes envolvidos, gerando cartografias do lugar.

VILA MIMOSA:

TRAJETÓRIAS E CARTOGRAFIAS DE UM GRUPO DE PROSTITUAS, SEUS DESLOCAMENTOS E LUGARES NA CIDADE

INTRODUÇÃO

Planejadas em sua maioria por homens, as cidades sempre tiveram um caráter de servir ao patriarcado, resultante de uma visão econômica e produtiva do espaço. Essa produção do espaço urbano que prioriza as necessidades dos homens e da estrutura patriarcal e machista, segrega de múltiplas maneiras as mulheres e suas possibilidades de experiências na cidade.

Retomando certa trajetória histórica de ocupação e produção do espaço urbano, as primeiras mulheres a ocuparem os espaços públicos foram as prostitutas, enquanto as demais permaneciam reclusas e restritas ao ambiente e às atividades domésticas. Tal delimitação, levou que se atribuísse a essas mulheres públicas um estereótipo de impureza, sem merecimento de respeito e dignidade. Criando-se um cenário e uma cultura em que o homem sempre exerceu o direito de ser proprietário daquele corpo público.

Esse cenário sofre uma transformação quando a mulher, não mais circunscrita à casa, amplia seu leque de atividades e passa a se apropriar do espaço público. Em resposta a esses movimentos de emancipação da mulher, o machismo se expressa e se efetua através de assédios, agressões e abusos sexuais, como forma do patriarcado mostrar que até compartilha os espaços públicos, mas não o seu território, demarcando claramente as posições de poder. Diante disso, as mulheres carregam consigo a sensação de insegurança, medo e coação, pois seus corpos estão expostos, ainda que cobertos, situação que se torna ainda pior para a mulher prostituta, que utiliza o corpo como instrumento de trabalho constantemente em locais públicos.

Levando em consideração o pequeno número de debates sobre a produção do espaço urbano sob a perspectiva de gênero nos ambientes de gestão e planejamento das cidades, é de grande relevância que trabalhos e pesquisas coloquem em protagonismo o gênero feminino e sobretudo as minorias normalmente invisibilizadas como, por exemplo, as prostitutas.

Nesse sentido, diversas questões podem se desdobrar e devem ser pensadas para que o direito à cidade abranja uma ampla diversidade e multiplicidade de grupos sociais, pois a prostituição e as prostitutas existem e habitam as cidades desde os tempos mais remotos de formação das civilizações e, seguramente, seguirão afirmando suas existências por aqui. Continuar negando os espaços e as presenças prostitutionais é continuar reproduzindo ideais de discriminação e segregação que tanto vem sendo exercidos.

Visto que o planejamento urbano tem como propósito ordenar, articular, equipar e gerir o espaço da cidade de maneira racional, direcionando a malha urbana, assim como suas áreas ou zonas, a determinados usos e funções. Precisa-se viabilizar maneiras para que esses processos aconteçam de forma qualitativa, assegurando que as necessidades e demandas para as diversas naturezas de atividades possam acontecer dentro dos parâmetros de cada “zona”.

Assim, o objetivo deste trabalho é entender como funciona um espaço prostitutional, tendo como estudo de caso a região na qual se encontra a Vila Mimosa, baixo meretrício na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, por meio de sua história, das relações entre os diferentes agentes presentes no espaço e as configurações e dinâmicas de seus territórios. Com o auxílio de métodos horizontais de pesquisa, como entrevistas, registros fotográficos e observações pretende-se criar um diagnóstico participativo através de cartografias do lugar.

O trabalho estrutura-se a partir dos conceitos de prostituição e gênero na cidade, como de noções trazidas do campo da Geografia para a compreensão do espaço prostitutional, seus limites, dinâmicas e ordenamento. Buscando entender a partir dessas abordagens como a Vila Mimosa se constitui, se (re)inventada e se encontra num contexto presente.

PROSTITUIÇÃO: CIDADE E QUESTÕES DE GÊNERO

Nos remotos tempos pré-históricos, a mulher era associada a Grande Deusa, criadora da força e da vida e estava no centro das atividades sociais. Nessas sociedades, a cultura, a religião e a sexualidade estavam interligadas, tendo como fonte o poder feminino. Nas sociedades posteriores as sacerdotisas dos templos participavam de rituais sexuais religiosos, eram consideradas mulheres sagradas e meretrizes, tornando-se assim as primeiras prostitutas da História. Existiam as prostitutas de classe alta, que permaneciam nos templos, as prostitutas que trabalhavam fora desses templos, foram as primeiras prostitutas de rua e as prostitutas que conduziam seus negócios abertamente trabalhando independentemente tanto nos bordéis quanto nos templos (ROBERT, 1998).

Com o passar do tempo, a independência sexual e econômica da prostituta tornou-se uma ameaça à autoridade patriarcal, surgindo as primeiras leis de segregação feminina colocando em lados opostos a esposa obediente e a prostituta má. A partir deste momento, a prostituição e a violência aparecem associadas à brigas, disputas e assassinatos em locais públicos. Autoridades municipais, apoiadas pela Igreja, passam a coibir a prostituição que, a

partir de então, "aparecia como um flagelo social gerador de problemas e de punições divinas" (ROSSIAUD 1991).

Em tempos recentes, a prostituição ganhou feições diferentes, surgiram novas formas de sociabilidade e de relações de gênero, mas seus espaços ainda possuem facetas muito parecidas com aquelas do passado. Existem novos ambientes permitidos para a prostituição acontecer, seja na zona, na pista, em um quarto de hotel ou até mesmo na casa do cliente. E apesar da modernização dos costumes, a sociedade ainda é bastante conservadora em relação às prostitutas, mesmo que em alguns países não seja proibido a prostituição, o local de trabalho tende sempre a ser escondido e/ou separado das demais relações sociais e/ou definido e delimitado pelo Estado.

A partir do contexto histórico, faz-se necessário definir o significado de gênero, muitas vezes confundido com o conceito de sexo (mulher ou homem). O gênero se apresenta como um conceito muito mais subjetivo, pois decorre de uma construção binária (feminino ou masculino) que atribui a cada "lado" distintas formas de exercício das subjetividades, conforme aquilo que foi historicamente e culturalmente atribuído à mulher e/ou ao homem. Normalmente, atribui-se à mulher os cuidados do setor reprodutivo e da vida privada, enquanto aos homens, atribui-se os cuidados do setor produtivo e da vida pública (VIEIRA, 2016).

Isso se reflete muito na forma como as cidades têm sido pensadas, construídas e vivenciadas. Por exemplo, a sensação e a percepção de segurança na cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, conforme se conheçam as suas experiências e necessidades quando é pensado o planejamento dos espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres.

Outra questão que deve ser tratada é a constante objetificação e a sexualização dos corpos femininos no espaço público, que reforça uma cultura de poder e julgamento sobre esses corpos e estabelece relações de poder que se configuram em territorialidades. Principalmente, se pensarmos que nossas cidades sempre foram construídas por homens, sob uma ótica machista e patriarcal, onde até pouco tempo atrás seria imaginável para uma mulher sair de casa desacompanhada. As mulheres por muito tempo foram cerceadas e constrangidas na utilização dos espaços públicos, e quando essa norma social é infringida, elas começam a sofrer opressões que em geral usam da sexualidade para denegri-la moralmente. Culturalmente, a "mulher pública" foi personificada como prostituta, pois historicamente as únicas mulheres que ocupavam as ruas eram as chamadas meretrizes. Mesmo hoje, faz parte do senso comum que qualquer mulher que esteja em um espaço público desacompanhada, ou seja, uma mulher pública, pode ser abordada ou "apropriada" por homens.

Isso faz com que as mulheres fiquem limitadas e intimidadas de percorrerem os espaços públicos de forma livre e segura enquanto os homens têm o poder para utilizar o espaço público e de decidir sobre o que nele acontece. Essa autonomia chega também em lugares como os espaços prostitucionais, quando o protagonismo deveria ser das mulheres, é novamente um território masculino. A relação da prostituta com a cidade, é mais um exemplo que coloca em questão a segurança ao corpo feminino. Por serem as primeiras mulheres

públicas, seus corpos sempre foram os mais objetificados, sexualizados, desejados e ao mesmo tempo os mais condenados e passíveis de qualquer forma de apropriação. As mulheres prostitutas, sofrem ainda com a segregação espacial por sua profissão não ser considerada moral à vista dos princípios conservadores da nossa sociedade.

Com isso, é importante que as cidades sejam repensadas de forma a reconstruir espaços sem gênero ou ordem patriarcal, em que mulheres possam se sentir seguras e co-participantes da vida urbana, tanto quanto os homens. Só assim teremos espaços horizontais, que evidenciem as diferenças pessoais, e não as desigualdades sociais.

ESPAÇOS E TERRITÓRIOS PROSTITUCIONAIS

De acordo com Corrêa (1995), o conceito de espaço está associado a uma área específica da superfície da terra identificada, seja por sua natureza, seja por um modo particular como agentes imprimem as suas marcas, seja com referência à simples localização. Essa “porção” tem como natureza um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que o configuram e dinamizam (SANTOS, 1996).

O espaço é uma área onde as formas não existem por si só, mas são dotadas de conteúdo, de significado através da ação humana em relação ao seu entorno, é o “espaço banal”, o cotidiano, de todos nós, carregado de símbolos e significações (SANTOS 1988; 1978; 1996). Assim, todo espaço pode ser tipificado e entendido a partir da sua configuração, dada pelas formas existentes e ações imprimidas pelos agentes construtores desse espaço.

Trazendo o conceito de espaço e sua natureza podemos entender o espaço prostitucional como o espaço legal ou “permitido”, destinado exclusivamente para o exercício da prostituição, caracterizado por seus sistemas de objetos e principalmente pelos sistemas de ações, com o intuito de promover o controle, mesmo que segundo Park (1984) apud Helene (2015), seja o local onde os habitantes podem emancipar seus impulsos contidos pela moral vigente. Espaços prostitucionais são constituídos tanto por atuações macroestruturais relacionadas à atuação do Estado como por relações cotidianas entre prostitutas e demais habitantes das cidades. Considerado imoral quanto aos bons costumes, possui códigos, limites e leis próprias (REDOUTEY, 2005 apud HELENE, 2015).

Esses espaços geralmente são localizados em áreas desvalorizadas material e simbolicamente, com infraestrutura urbana desamparada, obsoleta, precária ou inexistente e, em geral, próximo aos acessos de chegada nas cidades. Muitas vezes, possuem as mesmas características espaciais, sendo configurados por bares, boates e “casas” ao longo de uma rua (HELENE, 2015). Helene (2015) ainda afirma, sobre essas localizações, a importância de ressaltar que se encontram em áreas da cidade onde a prostituição é tolerada e tem maior duração nos bairros em “transformação”, com terrenos vagos, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais.

Quando falamos de território, Raffestin (1993) e Souza (2001) entendem esse conceito como um espaço no qual se revelam delimitações por e a partir de relações marcadas pelo poder na forma de apropriação de um espaço, seja concreta ou abstratamente, exercido por pessoas ou grupos e intrínseco em todas as relações sociais.

O território pode ser entendido a partir da vertente jurídico-política, quando o mesmo é um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; da vertente cultural, em que o território é visto como produto de apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; e, da vertente econômica, quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho (HAESBAERT, 2001).

A partir disso, é possível apreender que os espaços prostitucionais se configuram como territórios prostitucionais, enquanto um dos espaços mais controlados pelo patriarcado, visto que as prostitutas devem sempre estar em um espaço com limites bem definidos, para não expor o cliente que frequenta a zona e nem as quebras de regras morais de uma sociedade. Nesse território o protagonismo é sempre masculino, pois tudo funciona para o homem frequentador e não para a mulher trabalhadora.

VILA MIMOSA: UM GRUPO, UM LUGAR

Até a década de 1920, a prostituição não estava localizada em uma área delimitada no Rio de Janeiro. O baixo meretrício (prostituição mais barata e vinculada a classe trabalhadora) se concentrava na região central da cidade (Figura 1). A partir deste momento, as prostitutas foram sendo induzidas através da perseguição da polícia e da população a permanecerem na região do Mangue¹. Localizado próximo às gares da Estação da Central e da Leopoldina, assim como do Porto, o Mangue se caracterizava como uma área de passagem de muitos pedestres e de uma grande movimentação de bondes, passando a ser naturalmente a zona de prostituição da cidade. Devido às estratégias de ordenação e moralização do espaço urbano surgidas nos projetos de modernização do centro do Rio de Janeiro, somadas às ações políticas de perseguição voltadas para a área do Mangue, a quantidade de prostitutas praticamente triplicou entre 1923 a 1929.

Nas décadas de 1930 a 1940, o Mangue viveu seu período glorioso, era um local de encontro de artistas e grupos marginais com diversas manifestações populares. Cerca de três mil prostitutas de nacionalidades diferentes trabalhavam na área, faziam parte e se misturavam com a vida cultural do bairro, o Mangue desta época até 1950, não era uma área exclusivamente para a prostituição (Figura 1).

¹ O chamado Mangue abrangia os bairros da Cidade Nova, Praça Onze e Estácio, além de zona prostituição era um espaço de grande movimentação cultural e artística, de encontro de sambistas, músicos, artistas, poetas e malandros.

O ano de 1943, marca a primeira transformação realizada pelo poder público no sentido de confinar e reduzir a “zona”, com a construção da Avenida Presidentes Vargas. Por conta desse novo eixo viário, a região sofreu uma série de alterações e cerca de quinhentos edifícios foram demolidos (SIMÕES, 2010). Seccionando as relações sociais e o tecido urbano, que era antes um tecido contínuo, desconfigurando-se, assim, uma área popular. A partir de então, o Mangue passa a sofrer muitas ações para seu controle e disciplina em uma área menor e mais deslocada do centro.

Em 1954, é criada a “República do Mangue” e até 1974 há um controle maior da polícia sobre as práticas da prostituição, com controle médico e fichamento das prostitutas. Em 1975, com as instalações do metrô houve uma nova reurbanização no local, restando apenas trinta bordéis e cerca de oitocentas prostitutas trabalhando. Em 1977, aconteceram outras demolições, construções antigas foram incendiadas, as casas foram demolidas e as prostitutas precisaram se mudar (SIMÕES, 2010).

Em 1979, o Projeto CASS (Centro Administrativo São Sebastião), que era a sede da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro, acabou com o espaço considerado o “coração do mangue” para circulação das prostitutas, devido a construção do prédio da prefeitura, que seria o símbolo da nova Cidade Nova (SIMÕES, 2010). Foi assim que o Mangue passou a ser apenas uma travessa de casas na fronteira entre os bairros do Estácio e Cidade Nova, em uma vila existente com o nome de “Vila Mimososa” (o nome original era gravado com “Z”), onde estavam as últimas casas em que ainda era possível o funcionamento dos bordéis (SIMÕES, 2010) - Figura 1.

No início da década de 1980 aconteceram fatos significativos nesta trajetória. A área remanescente do mangue passa a ser conhecida como “Vila Mimososa”, na qual se formou a primeira organização de prostitutas no Brasil, a Associação de Prostitutas do Rio de Janeiro. Em 1987, houve o I Encontro Nacional de Prostitutas e um ato-show no Circo Voador chamado “Mangue-resiste”, devido às várias remoções acontecidas. Todos esses acontecimentos fermentaram uma identidade formadora do grupo e um símbolo de resistência do Mangue (SIMÕES, 2010).

Porém o período próspero acontece até 1995, quando a região do Mangue é, por fim, totalmente destruída devido ao projeto urbano do Teleporto, que previa um entorno totalmente novo para o CASS. Diante disso, durante a demolição dos imóveis, a Associação das Prostitutas atuou ativamente junto ao poder público, que as indenizou, permitindo ao grupo adquirir um galpão na Praça da Bandeira, no dia 2 de janeiro de 1996 (Figura 1).

galpão, estão as Casas, que não são muito diferentes dos módulos, mas, além de possuírem o bar e as cabines, contam com grandes varandas que se estendem para as calçadas.

É possível, a partir deste ponto, trazer o conceito de lugar para compreender melhor o que é a Vila Mimosa. Esse conceito pode ser aqui interpretado como a parcela do espaço efetivamente apropriada por seus agentes, em relação à percepção, experiência e valores. É onde se desenvolvem as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às diversas relações estabelecidas por esses agentes, onde se evidencia o sentimento de pertencimento e de identificação pessoal com uma dada área. Assim, o lugar possui também íntima relação com os aspectos culturais que marcam cada sociedade, “ele é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado” (TUAN, 1979; 1983).

CARTOGRAFIAS DO LUGAR

Para guiar o processo de pesquisa, foram escolhidos alguns métodos de referência que têm sido bastante utilizados em pesquisas recentes no campo dos estudos da cidade, visto que, em geral, o planejamento urbano costuma pensar intervenções que priorizam grandes escalas, com certa expectativa de alcançar mudanças qualitativas em um contexto urbano abrangente, como se um projeto pudesse ter tal alcance. Esses projetos urbanos contemporâneos seguem, em sua grande maioria, as mesmas estratégias: soluções homogeneizadoras, espetaculares e consensuais. Buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária (JACQUES, 2009).

O método concebido para este trabalho baseia-se na participação da população local como fator fundamental para o pensar urbanístico. As ações elaboradas para o processo de pesquisa pretendem reforçar um planejamento urbano horizontal, adotando uma lógica de “baixo para cima”, *bottom-up*, em que os cidadãos são também produtores da cidade, indo contra a visão mais tradicional do *top-down*, de “cima para baixo” (VIEIRA, 2016). O pensamento *bottom-up* permite processos colaborativos de decisão, nos quais os agentes são capazes de opinar e atuar sobre os espaços de suas regiões, de modo a empoderá-los para que pensem as mudanças necessárias para as melhorias dos espaços públicos que utilizam (VIEIRA, 2016). Assim, pretende-se romper com as práticas hegemônicas utilizadas nos processos técnico-científicos que estabelecem posicionamentos em que, de um lado, esteja o sujeito-pesquisador e, do outro lado, o objeto de pesquisa.

Neste trabalho, os agentes envolvidos tiveram participação no processo de investigação e reconhecimento do lugar, com vistas ao diagnóstico da pesquisa e à modificação do espaço, propondo e pensando mudanças palpáveis e realistas em uma escala local. Assim atua-se no sentido de absorver as informações e entender a ambiência pelo olhar dos agentes, para então planejar e projetar o espaço urbano em conjunto.

A partir dos aspectos mencionados foram utilizados os seguintes “instrumentos” para a pesquisa de campo: entrevistas e conversas informais no local, observação, caminhadas,

fotografias, registros das observações (mapas e relatos). Tais ações foram realizadas de modo bastante informal, buscando-se pouco a pouco, o entendimento do cotidiano do lugar e das relações estabelecidas configurando-se a horizontalidade e compartilhamento de saberes. Com o fim de apreender e conhecer a área de estudo sob um prisma da sensibilidade e da espontaneidade, entendendo que o espaço urbano é um lugar de troca que permite e promove partilhas e conflitos, que não devem ser apaziguados, pacificados ou disciplinados, mas colocados em jogo.

As **entrevistas** foram feitas com prostitutas trabalhadoras e/ou moradoras da Vila Mimosa, através de um roteiro previamente elaborado, mas aberto à adaptações e redirecionamentos, para obter certos tipos de informações, sempre com a possibilidade de surgirem informações “extras” que eram comunicadas sem premeditações ou censuras. Alguns proprietários de Casas de Prostituição, comerciantes do entorno imediato, funcionários de empresas, de pequenos comércios e moradores também foram entrevistados por meio de conversas mais informais, quando houve oportunidade.

As **caminhadas** foram acionadas para percepção de aspectos sensoriais, entendimento da dinâmica do lugar através da prática do deslocamento na escala do corpo e para possibilitar oportunidades de aproximação imprevistas aos agentes. Os trajetos tiveram sempre como ponto de chegada e partida a rua Ceará, identificada logo de início como o principal acesso para a área de estudo, seguiram também pela rua Lopes de Souza, rua Hilário Ribeiro e rua Sotero dos Reis e aconteceram de formas diferentes a cada vez, com o propósito de entender em que pontos e porque motivos essas caminhadas eram interrompidas, desviadas ou continuadas.

O ato de **observação** teve o propósito de provocar uma experiência de vivenciar o lugar e coletar informações para compor uma coleção de registros de diversas naturezas, sobretudo de caráter perceptivo, de leitura dos territórios, de colocação dos corpos em interação, de identificação e cartografia das apropriações, tipologias arquitetônicas e materialidades, de modo geral, de tudo aquilo que só pode ser apreendido com a vivência e através da dimensão da experiência. As observações foram feitas em diferentes dias da semana (com exceção de domingo), horários e condições meteorológicas.

O uso da **fotografia**, algo tão trivial em nossas rotinas de vida e pesquisa, se mostrou um instrumento bastante complexo, visto que a Zona não é um lugar em que seja permitido o registro e a difusão de imagens sem que isso passe por intensas negociações. Quando permitida, a fotografia serviu para identificar e registrar, enquanto camada de memória, o cotidiano das prostitutas e de seu local de trabalho, alguns espaços e edificações subutilizadas e abandonadas; as diferentes tipologias arquitetônicas, materialidades e ornamentos recorrentes na área; as intervenções improvisadas e as expressões de grafites por muros e paredes.

A partir das primeiras experiências de pesquisa de campo foram feitas algumas cartografias para o entendimento e conhecimento do lugar que estão apresentadas como uma forma de exemplificar o tipo de resultado que essas experiências no local oferecem. Com isso, serão apresentados alguns resultados desse método de contato, de conversas e participação das pessoas no sentido de obter um diagnóstico e leitura do lugar, não

esgotando as possibilidades do método visto que o trabalho ainda está em processo e esses são os primeiros resultados.

Diante desses primeiros resultados, a primeira percepção do lugar é que seu desenho espacial ortogonal gera uma espécie de **espaço urbano confinado**, configurado por seus limites pelo terreno da antiga linha de trem da Estação da Leopoldina com seus espaços abertos subutilizados e murados e pela linha férrea de trem e metrô vindos da Central do Brasil (Figura 2).

A rua Ceará é uma rua “principal” com grande fluxo de veículos que foi aberta em 2014, gerando assim mais permeabilidade neste tecido urbano, que conta com mais três ruas locais, dentre elas a Sotero dos Reis (rua da zona de prostituição). Tal configuração urbana mesmo segregando seus agentes, é favorável em termos de segurança e preservação das prostitutas que dizem se sentirem resguardadas em relação às pessoas de “fora”, ou seja, protegidas da cidade.



Figura 2 – Mapa do Espaço Confinado.

A região não possui nenhum tipo de equipamento básico, como: educacional, cultural, segurança e lazer. Possui **usos** bem restritos, em maioria destinados a pequenos comércios como bares e alguns restaurantes; há uma presença de uma indústria frigorífica que está implantada num dos maiores terrenos. O lugar possui ainda muitas mecânicas de motos, clubes de motos e *pubs* de *rock*, visto que o público de motoqueiros é também um grupo bastante presente na área.

São encontradas também diversas habitações com a tipologia de “vilas”, ocupações em edifícios abandonados e conjuntos de casas geminadas. Algumas habitações possuem pequenos comércios no térreo na edificação, sendo caracterizadas como de uso misto. O uso

de entretenimento é exclusivo das casas e bordéis de prostituição que incluem também alguns bares, boates e espaços para jogos. Entre todos esses usos, foram identificadas algumas edificações e espaços ociosos, uns abandonados e degradados, outros não abandonados e degradados, mas todos subutilizados (Figura 3).

Os **territórios** são bem definidos neste espaço confinado. Como a prostituição se instalou na rua mais reservada da região, as habitações que existiam ali começaram a se dispersar para ocuparam territórios mais “recatados”, afastados da zona e que se relacionassem com usos mais cotidianos da cidade formal. Já os motoqueiros, grupo muito estabelecido, instituíram seu território na rua principal, a Ceará, que conta com o comércio totalmente voltado para esse público. O território da prostituição está concentrado no “meio da rua” passando quase despercebido se não fosse pelo barulho, na tentativa de se camuflar, é o lugar de mais difícil acesso (Figura 4).

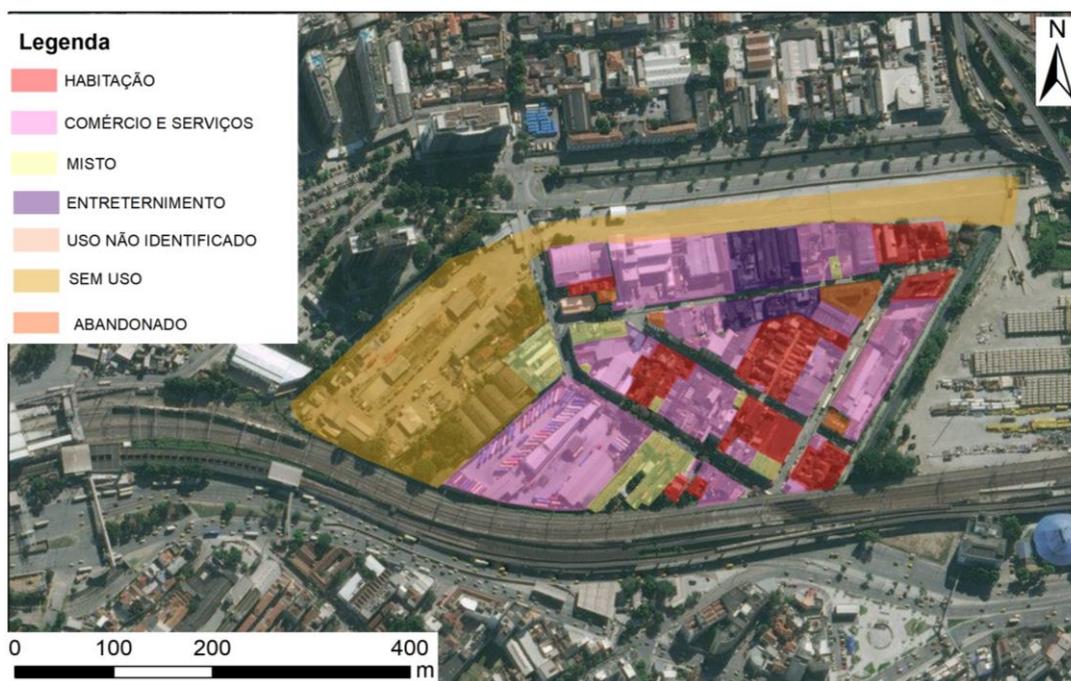


Figura 3 – Mapa de Usos.



Figura 4 – Mapa de Territórios.

Há alguns **espaços subutilizados** e deteriorados, alguns com a potencialidade de serem reaproveitados. O maior deles é o terreno da antiga linha de trem da Leopoldina, que não está abandonada, mas sim sem uso. Os demais terrenos são usados como estacionamentos, já os edifícios, alguns estão ocupados como forma de moradia e outros estão totalmente inutilizados, restando apenas as fachadas para o uso de intervenções artísticas como o grafite (Figura 5).



Figura 5 – Mapa de Espaços Subutilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos primeiros resultados das análises fica evidente como a área de estudo é negligenciada diante das possíveis potencialidades que o lugar apresenta. Essas evidências ficaram mais claras durante processo de investigação, devido a abordagem utilizada através das pesquisas de campo, participação das pessoas, do fazer junto, como suporte para as cartografias do lugar.

Os métodos utilizados fizeram toda diferença para os resultados até agora obtidos. A escolha de uma pesquisa horizontal trouxe mais contato com os agentes e o lugar, um diagnóstico mais conciso, rapidez para entender as dinâmicas e funcionalidades trazendo afetividade para a pesquisa, que ainda está no processo de análise.

Outra percepção feita a partir do uso dos métodos foi a progressividade do entendimento do espaço a partir dos conceitos geográficos utilizados. Primeiramente a área foi tratada simplesmente como um espaço, focado nos objetos e ações que configuram o mesmo. A partir do entendimento das relações de poder que existem nesse espaço, o conceito usado passou a ser território, que de forma clara e objetiva consegue dar complexidade as relações entre os agentes. E por fim com a análise mais horizontal e participativa, a área também pode ser entendida como um lugar, trazendo todas as características de afetividade e pertencimento ao espaço dos agentes produtores do mesmo.

Com isso, houve a reflexão que esse método de pesquisa pode ser uma via de se pensar os projetos e planejamentos urbanos como uma forma de trazer os agentes como colaboradores, visto que eles vivenciam esses espaços diariamente, logo suas percepções do lugar são mais exatas.

REFERÊNCIAS

Corrêa, Roberto Lobato. "Espaço um conceito chave da geografia" in CASTRO Iná Elia de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1995.

Haesbaert, Rogério. *Território, cultura e des-territorialização*. Religião identidade e território. Rio de Janeiro: UERJ, 2001

Jacques, Paola Berenstein. *Notas sobre o espaço público e imagem da cidade*. Arquitextos, São Paulo, ano 10 , n.10, jul. 2009.

Park, Robert Ezra "Chapter I - The city: Sugestions for the Investigation of Human behavior in urban environment" In: Park, Robert Ezra.; Burgess, Ernest W. (orgs). *The City: Sugestions for*

the Investigation of Human behavior in urban environment. Chicago: The University of Chicago Press – Midway Reprint, 1984.

Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Ramos, Diana Helene. "Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas-Jardim Itatinga". 2015. 339 f. Diss. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Redoutey, Emmanuel. "Trottoirs et territoires, les lieux de prostitution à Paris". In: HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). *La prostitution à Paris*. Éditions de la Martinère: Paris, 2005.

Roberts, Nickie. *As prostitutas na história*. Ed. Rosa dos Tempos, 1998.

Rossiaud, Jacques, and Cláudia Schilling Sancho. *A prostituição na Idade Média*. Paz e Terra, 1991.

Simões, Soraya S. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010a.

Simões, Soraya S. "Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil". *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.2, n.1, jan/jun, 2010b.

Santos, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 1996

Santos, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

Santos, Milton. *Por Uma Geografia Nova da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica*, 1978.

Souza, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013.

Tuan, Yi-Fu. *Space and place: humanistic perspective*. Philosophy in geography. Springer, Dordrecht, 1979.

Tuan, Yi-Fu. "Espaço e lugar." *São Paulo: Difel*, 1983.

Vieira, Lara Pitta. *Manual de Táticas Urbanas Emergentes sob Perspectiva de Gênero*. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - FAU, UNB, Brasília, 2016.